

1885, Américo Cabral, Doméstico Wagner (jornalista), Miguel de Oliveira (jornalista), José Carlos (jornalista), Jairo Serrão (jornalista), Wellington Roberto (jornalista)
 1886, Vivaldo Pereira, Carlos de Almeida, GMA, Vera Magalhães, Dina Caspary, Bernardo Velloso Franco, Roberto Calvete (jornalista), GMA, Manoel Pereira, João Gaspar
 1887, Vera Magalhães, Fabiano Oliveira, Paulo Costa, Bernardo Velloso Franco, GMA, Carlos Ribeiro Santiago, Ricardo Ribeiro, Paulo Cristóvão, BOM, Manoel Pereira, David Moreira, Bernardo Velloso Franco

MALU GASPAR

Malu Gaspar
 malu.gaspar@globo.com.br

Com a mira no retrovisor

Há muito o que discutir e criticar nas decisões do ministro Dias Toffoli que desmontam os acordos de leniência fechados pela J&F e pela Odebrecht com o Ministério Público Federal depois de confessarem uma série de crimes para sustentar esquemas de corrupção. Além de ter deliberado sobre um assunto que não lhe compete, pois sua atribuição é Lava-Jato, e a J&F é ré no outro processo, Toffoli ainda suspendeu o pagamento de multas bilionárias que poderiam ser os cofres da União, abrindo a porteira para uma cascata de contestações e recursos que poderão custar ao governo federal até R\$ 25 bilhões no longo prazo.

O "detalhe" de a mulher de Toffoli ser advogada da mesma J&F numa disputa empresarial igualmente bilionária é tão espantoso quanto o fato de nem ele nem seus colegas de tribunal verem nenhum problema nisso. Num país sério, seria no mínimo constrangedor um ministro do Supremo considerar "imprestáveis" provas entre as quais estão mensagens em que ele mesmo é chamado por um dos réus, Marcelo Odebrecht, de "amigo do amigo do meu pai".

Tudo isso beira o surreal, mas, convenhamos, já faz tempo que a política e o Judiciário brasileiro nos brindam com situações cada vez mais distópicas. O pior talvez não seja nem o escândalo imediato, mas o que ele diz sobre a situação em que nos encontramos. Os movimentos de Toffoli são produtos de um país que gasta boa parte de seu tempo e de sua energia empenhado num acerto de contas com o passado que não interessa a quase ninguém, exceto a um nicho pequeno (e poderoso) da sociedade.

Os desafios diante são enormes. Neste exato momento, o Executivo se digladiou com a Câmara dos Deputados pelo comando de um novo plano de Orçamento, numa disputa que poderá ter efeitos sobre as eleições municipais de outubro e sobre a própria governabilidade. Enquanto isso, busca receitas para cobrir o rombo de pelo menos R\$ 230,5 bilhões nas contas públicas e ainda se livrar da sombra de uma desaceleração econômica puxada, entre outros fatores, pela já anunciada contração do agronegócio neste ano.

O bônus demográfico — aquela janela mágica em que a taxa produtiva da população é maior que a de crianças e idosos —

está no final. Ainda assim, metade dos jovens das famílias mais pobres do país não estuda nem trabalha. A bolsa de R\$ 200 por mês que o governo distribuirá para tentar segurar os alunos de baixa renda na escola poderá ajudar a aliviar a situação, mas, obviamente, não será capaz de eliminar a evasão. A reforma do ensino médio está parada. O país tem mais templos religiosos que escolas.

O avanço do crime organizado sobre as médias e grandes cidades exige políticas de segurança pública cada vez mais complexas, mas não há nem mesmo um debate mais consequente sobre como enfrentar o problema.

Quase 50% das moradias no Brasil têm saneamento deficiente, e a temporada de chuvas vai passando sem que tenha sido produzida nenhuma iniciativa relevante para diminuir impactos dos desastres naturais em tempos de mudanças climáticas.

A promessa de um governo concentrado na transição energética e na modernização da economia continua, mas, com honrosas exceções, as grandes apostas são as mesmas de décadas passadas, com nova roupagem. A política industrial agora carrega o prefixo "neo", mas continua propondo pesados sub-

sídios governamentais e exigência de controle local, sem metas de aumento de competitividade ou de produtividade que falaram lá atrás para impulsionar eventuais avanços. As âncoras do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) permanecem as do primeiro PAC: gastos militares, construção de estaleiros e refinarias que se converteram em grandes drenos de recurso, sem retorno para a sociedade.

Para completar, a mais alta Corte está capturada pela obsessão de desfazer os ganhos obtidos pela sociedade no combate à corrupção, apenas para satisfazer às necessidades pecuniárias e políticas de quem deveria ter aprendido com os próprios erros.

Corrigir abusos ou injustiças cometidos pela Lava-Jato é um objetivo legítimo e necessário, mas os prejuízos bilionários e a desmoralização que as decisões de Toffoli trarão ao país demonstram que essa bandeira foi transformada num espantalho para nos distrair enquanto passa a verdadeira bola.

Nesse contexto, as decisões de Toffoli são a metonímia perfeita de um país que precisa avançar em direção ao futuro, mas vive de olhos fixos no retrovisor.

ARTIGO

A câmera sabe quem é você?

CRISTIANE MANZUETO

O uso de reconhecimento facial já conquistou diversos avanços. No Brasil, o caso mais recente é a Polícia Militar do Rio de Janeiro, que testa a tecnologia. Mas até que ponto a privacidade pode ser trocada pela promessa de segurança?

Cerca de 47 milhões de brasileiros estão potencialmente sob vigilância de câmeras de reconhecimento facial na segurança pública, segundo dados do Panóptico, projeto do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania. Apesar disso, falta transparência sobre como a tecnologia é operada.

Em tese, ela é capaz de identificar pessoas a partir da leitura de sua biometria facial. No caso do Rio, câmeras da cidade captam os padrões do rosto e enviam imagens ao Centro Integrado de Comando e Controle da corporação. Um software analisa os padrões biométricos e verifica se a pessoa tem alguma pendência perante a polícia ou a Justiça.

Com casos recentes, como a mulher presa equivocadamente no Revellon do Rio ou o homem detido em Salvador por um crime que não cometeu, e a possibilidade de os estados adotarem a tecnologia neste carnaval, torna-se obrigatória a discussão sobre os detalhes e consequências de seu uso indiscriminado e massificado.

Em geral, os sistemas são treinados a partir de bases de dados enviadas, usando principalmente rostos masculinos, brancos e cisgêneros. Isso faz com que haja uma tendência a erro quando se trata de rostos negros ou lésbicos.

A forma como vem sendo usado o reconhecimento facial pode infringir direitos fundamentais — que impedem a presunção de culpa e a privacidade.

A forma como vem sendo usado o reconhecimento facial pode infringir direitos fundamentais — que impedem a presunção de culpa e a privacidade. Até apontar erroneamente indivíduos de determinado grupo social ou étnico. Um jeito eficiente de proteger os cidadãos, segundo estudiosos, é restringir, por lei, quem tem acesso às informações e o tempo de armazenamento das imagens, além de incluir no trabalho grupos mais diversos para reduzir o risco de discriminação.

Há diversos projetos de lei sobre o tema, em especial o PL 3.069/22, que tem como objetivo a regulação do uso da tecnologia de reconhecimento facial automatizada pelas forças de segurança pública. Há ainda diretrizes na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, em vigor desde 2020. Não existe ainda, porém, legislação específica sobre o tema. Vale ressaltar que ele é tão relevante que a Autoridade Nacional de Proteção de Dados já o incluiu como pauta da sua agenda regulatória.

Importante reforçar aqui que as novas tecnologias não substituem o policiamento necessário em grandes eventos e espaços públicos. Que os foliões possam desfilir sorrindo de forma segura neste carnaval.

Cristiane Manzuetto é sócia da área de Proteção de Dados e Propriedade Intelectual do escritório Tual & Chequer Advogados, associado a Mayer Brown.

ARTIGO

Portador de doença rara não pode ficar sozinho

HENDERSON FÜRST

Imaginem comigo. Um concerto no charmoso Royal Albert Hall com a Orquestra Sinfônica de Londres conduzida por um dos mais celebrados maestros de nossos tempos, Daniel Barenboim. A peça era um concerto para violoncelo. Músicas chamadas "Concerto" são aquelas feitas para explorar as belezas sonoras de um instrumento solista. Nessa ocasião, o instrumento seria o cello, tocado pela virtuose Jacqueline du Pré. Foi em 1968, ela tinha apenas 23 anos e era reconhecida internacionalmente pelo brilhantismo de sua arte. Ela e Daniel estavam casados havia um ano.

A parte final do concerto estava começando, um movimento repleto de energia e entusiasmo. Du Pré soava suas primeiras notas quando uma das cordas de seu violoncelo estorou, impedindo que continuasse a tocar. O concerto foi interrompido, ela pediu licença e se retirou do palco para trocar a corda.

A cena que descrevi ocorreu (há uma rara gravação disponível no YouTube), mas também é uma metáfora das doenças raras e da própria vida de Du Pré: cinco anos depois, ela

foi diagnosticada com uma doença rara, interrompendo sua arte e sua vida no auge da juventude. Invariavelmente, doenças raras impedem a continuação de projetos pessoais, sonhos e ocorrem a qualquer momento do concerto que é a vida.

Doenças raras são aquelas que atingem menos de 65 pessoas numa população de 100 mil habitantes. Muitas nem sequer estão descritas como doenças, mas o fato de que ainda não tenham um nome ou sejam inscritas na Classificação Internacional de Doenças (CID) não impede que afetem incalculáveis pacientes com nome, sentimentos e vulnerabilidades.

Embora sejam raras, a população afetada não é. Apenas no Brasil, estima-se que haja 13 milhões de pessoas lutando diariamente, seja na jornada para obter um diagnóstico (que leva em média sete anos), seja para conseguir alguma cura ou cuidados paliativos.

Para os sistemas de saúde, as doenças raras representam um grande desafio de eficiência, custos e humanismo. Sim, humanismo, porque o modo como cada sistema

cuida de seus pacientes raros diz muito sobre sua compreensão da dignidade humana, diante da limitação de recursos e dos critérios adotados para avaliar os investimentos feitos no desenvolvimento ou tratamento de cada doente.

São reflexões difíceis, mas que precisam ser feitas com seriedade, sensibilidade e urgência. O sofrimento de 13 milhões de brasileiros não pode esperar mais. Tramita no Congresso Nacional o PL 4.058/23, que cria o Estatuto da Pessoa com Doenças Crônicas Complexas e Raras. Mas não é preciso aguardá-lo para efetivar direitos. Afinal, saúde é um direito de todos, incluindo os raros.

Até aqui, no meu concerto de vida, precisei parar e trocar as cordas duas vezes, e só seguí porque tive uma ampla rede de apoio que me levou adiante. É necessário garantir direitos às redes de apoio de cada paciente com doença rara. São elas que mantêm a esperança enquanto se aguarda.

Neste mês, com seu raro dia 29, que a esperança dos raros também seja amparada por direitos.

Henderson Fürst, doutor em Direito e biotecnologia, é presidente da Comissão de Ética da OAB-SP. Também convive com uma doença rara.